

**“SE EU PUDESSE, EU MATAVA TUDO E COMEÇAVA TUDO DE NOVO”:
PONTO DE VISTA E POLÊMICA PÚBLICA SOBRE A HOMOAFETIVIDADE EM
UM SERMÃO**

*Maria das Graças Soares Rodrigues**
maria.rodrigues@ufrn.br
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

*Francisco Diego Sousa***
frandiegousou@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

*Rosângela Alves dos Santos Bernardino****
rosangelabernardino@uern.br
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Resumo: Este trabalho analisa o ponto de vista e a polêmica pública sobre a relação de Deus com pessoas homossexuais no sermão proferido pelo pastor André Valadão, em uma pregação realizada na Igreja Batista da Lagoinha, nos Estados Unidos da América. A pregação repercutiu após o líder religioso ser acusado de homofobia e ser alvo de uma denúncia no Ministério Público de Minas Gerais. Retomando pressupostos da Análise da Argumentação no Discurso de Amossy (2008, 2017, 2018) e da abordagem enunciativo-interacional do ponto de vista de Rabatel (2016a, 2016b, 2017), o estudo busca investigar quais traços da polêmica emergem no referido sermão e como a construção dos pontos de vista se articula à argumentação polêmica. Quanto à metodologia, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de base interpretativa, e o tipo documental. No sermão, observam-se diferentes marcas linguísticas (verbos, advérbios, tipos de representação da fala, lexemas avaliativos) que sinalizam uma revolução que, em última instância, coloca um “deus” forjado à imagem do proponente no centro do poder, subjugando a sociedade ímpia. Os resultados evidenciam a construção de uma retórica do dissenso e da violência verbal, em que se sobressai a função de, em nome de Deus, convocar a ação (suplantar determinado grupo social, os homossexuais) e a tentativa de impor valores não

* É professora associada IV e pesquisadora, lotada no Departamento de Letras (DLET) e docente permanente no Programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atua na área de Linguística Teórica e Descritiva, na linha Estudos Linguísticos do Texto. Desenvolve pesquisas, no âmbito da Linguística de Texto, da Enunciação, da Análise Textual dos Discursos (ATD), interessando-se, principalmente, por gêneros discursivos / textuais acadêmicos, jurídicos, políticos, midiáticos, acadêmico, religioso, do meio ambiente, entre outros, focalizando o ponto de vista e a responsabilidade enunciativa (a assunção e a mediação). É coordenadora do Projeto 30 - Estudos sobre Linguagem Jurídica e Comunicação junto à ALFAL. É líder do GP/CNPq/UFRN Análise Textual dos Discursos. É membro da ABRALIN, ALFAL, ANPOLL, ABA, ALED, GELNE e da Rede Ibero-americana de Formação de Professores com sede na Universidade Rey Juan Carlos, em Madri. É tradutora do francês para o português.

** Doutorando em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

*** Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), docente na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus de Pau dos Ferros. Membro do Grupo de estudos em interação, texto e discurso do Alto Oeste potiguar (GITED).

universais ao grupo dos evangélicos e dos que não se filiam a essa religião. A análise exhibe as tensões da esfera religiosa e destaca a necessidade de outros trabalhos que aprofundem o exame dos discursos produzidos no âmbito do sagrado.

Palavras-chave: ponto de vista; polêmica pública; homoafetividade; violência verbal.

1 Introdução

A possibilidade de haver o dissenso é uma condição para que uma sociedade seja democrática e para a existência da pluralidade de pensamentos. Em tal realidade, discursos com valores e crenças diversos surgem, os quais podem veicular princípios que fortalecem ou reprimem as diferenças decorrentes da liberdade de ser e de se expressar. Vive-se, portanto, uma realidade paradoxal: necessita-se das diferenças para que haja democracia e diversidade, mas a defesa de verdades inegociáveis que contrastam com o diferente, quando radicalizada, conduz, possivelmente, à aniquilação.

Diante dessa complexidade, o discurso religioso precisa ser alvo de uma atenção especial, visto que a religião possui peculiaridades que a distinguem de outros fenômenos sociais (Tenório, 2023). Quem professa uma dada crença religiosa não está simplesmente emitindo uma opinião subjetiva, mas afirmando uma verdade que, segundo a sua própria percepção, é baseada em uma realidade transcendente e objetiva (Charaudeau, 2022). Portanto, a expressão de pensamentos advindos da condição do homem religioso pode não temer nada, nem mesmo as restrições do Estado, posto que milita em nome de algo superior.

Neste artigo, objetivamos analisar o ponto de vista e a polêmica pública suscitada no sermão proferido pelo pastor André Valadão, cujo tema ligou-se, em diversos momentos, à relação de Deus com as pessoas homossexuais. Trata-se de uma pregação realizada na Igreja Batista da Lagoinha, nos Estados Unidos da América (EUA). A escolha do *corpus* foi motivada pela visibilidade e repercussão que o sermão ganhou depois de o líder religioso ser taxado de homofóbico e ter sido alvo de uma representação da deputada Erika Hilton (PSOL-SP) junto ao Ministério Público de Minas Gerais¹.

¹ A atitude da deputada Erika Hilton (PSOL-SP), ao entrar com uma representação no Ministério Público contra o Pastor André Valadão, está relacionada ao Princípio da Extraterritorialidade Penal, que trata da “aplicação da lei brasileira às infrações penais cometidas além de nossas fronteiras, em países estrangeiros” (Greco, 2012, p. 127). A extraterritorialidade pode ser condicionada ou incondicionada. A extraterritorialidade incondicionada é a possibilidade de aplicação da lei penal brasileira a fatos ocorridos no estrangeiro, sem que, para tanto, seja necessário o concurso de qualquer condição. Nesse

Após os nossos primeiros contatos com esse sermão, algumas questões passaram a nos inquietar: quais relações interdiscursivas emergem no *corpus*? Quais traços da polêmica emergem da argumentação utilizada pelo proponente? Como a construção dos pontos de vista se articula à argumentação polêmica? Entendemos que as possíveis respostas para essas questões podem contribuir para a discussão atinente à questão polêmica suscitada no *corpus*. Nele, percebemos uma polarização do “nós” contra “eles” tão radical que sugere a aniquilação dos homossexuais, sendo isto em nome de Deus.

O plano de texto deste artigo, além destas considerações introdutórias, se distribui em mais 5 seções. Primeiro, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados para o tratamento do *corpus*. Em seguida, discutimos os postulados teóricos deste estudo, os quais retomam a noção de polêmica pública e a abordagem enunciativo-interacional do ponto de vista. Depois, fazemos a análise do sermão proferido pelo pastor supracitado. Por fim, apresentamos os resultados do trabalho.

2 Metodologia

O *corpus* deste artigo é composto por um sermão proferido pelo pastor André Valadão na Igreja Batista da Lagoinha em Orlando, nos EUA, e divulgado pelo canal do *YouTube Lagoinha USA*. O vídeo, cujo título é *Teoria da conspiração*, tem 42 minutos e 2 segundos de duração, resulta de uma transmissão ao vivo realizada em 2 de julho de 2023 e somava, até 1º de agosto de 2023, 93.834 visualizações.

Ressalta-se que foi excluído do vídeo publicado pelo canal da igreja o trecho com teor mais agressivo, em que o líder religioso parece incitar os fiéis a matarem as pessoas homossexuais. Tal trecho, contudo, foi divulgado por uma notícia publicada no portal de notícias G1². Em razão disso, recorreremos ao excerto publicado nesse jornal para termos acesso à integralidade do sermão.

A transcrição do *corpus* foi feita mediante o *software Google Docs*, por meio da ferramenta de digitação por voz, após a instalação do *Virtual Cable*. Ademais, com a

caso, o agente infrator será punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro. Todas as hipóteses estão elencadas nos incisos I e II, do art. 7º, do Código Penal.

² Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/07/03/pastor-andre-valadão-diz-em-culto-que-se-pudesse-deus-mataria-a-populacao-lgbt-e-fala-para-fieis-irem-para-cima-da-comunidade.ghtml>. Acesso em: 1º ago. 2023.

intenção de padronizar a transcrição, adequamo-la às normas do Projeto da Norma Urbana Culta (NURC). O quadro abaixo as expressa.

Quadro 1: Normas para transcrição³

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO
Incompreensão de palavras	()	do nível de renda () nível de renda nominal
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Entonação enfática	maiúscula	porque as pessoas re TÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s.r)	::podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestareos... éh:::... dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	e o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático	- - - -	...a demanda de moeda - - vamos dar essa notação - - demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	ligando as linhas	A. na casa da sua irmã B. sexta-feira? A. fizem lá... B. cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos, durante a gravação	“ ”	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... “o cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma barreira entre nós”...
OBSERVAÇÕES: 1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.) 2. Fáticos: ah, éh, ahn, ehn, uhn, tá (não por está: tá? você está brava?) 3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados. 4. Números: por extenso. 5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa) 6. Não se anota o <i>cadenciamento</i> da frase. 7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh:::...(<i>alongamento e pausa</i>). 8. Não se utilizam sinais de pausa, típicos da língua escrita, como ponto e vírgula, ponto final, dois pontos, virgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.		

Fonte: Preti (2005).

Adotamos a abordagem qualitativa, visto que: (1) as questões construídas e os fenômenos delimitados foram estabelecidos após nossos primeiros contatos com o

³ PRETI, D. **O discurso oral culto**. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

corpus; (2) os dados foram analisados a partir do contexto de produção, dos aspectos sociais que lhes cercam e que lhes dão forma (Chizzotti, 2000). O tipo de pesquisa adotado, por sua vez, foi o documental. O sermão que analisamos não passou por nenhuma análise anterior que levasse em conta os mesmos fenômenos que nos propomos a investigar, o que corrobora a escolha por esse tipo de pesquisa (Severino, 2013).

A seguir, expomos as discussões teóricas deste estudo.

3 A polêmica pública: os traços que a caracterizam

A polêmica, geralmente, é concebida como algo a ser evitado, pois o conflito gera confusão e afasta as pessoas da busca por um bem comum. A própria etimologia da palavra, que vem do grego *polemikos*, relacionada à guerra, corrobora esse pensamento. Especialmente em uma sociedade relativista, em que todas as verdades têm o mesmo valor e devem ser respeitadas, a defesa efusiva de uma dada tese é depreciada.

Todavia, “[...] a polêmica preenche funções sociais importantes, precisamente em razão do que é em geral criticado nela: uma gestão verbal do conflito realizada sob o modo da dissensão” (Amossy, 2017, p. 12, grifo da autora). O desejo por uma hegemonia das ideias (no âmbito religioso, político, econômico, por exemplo) é típico, historicamente, de regimes que se mostraram tirânicos e antidemocráticos. A democracia possibilita o dissenso, na qual a polêmica exerce funções imprescindíveis, pois relaciona-se à capacidade de gerenciar conflitos e confrontos verbais que, apesar de nem sempre ficar evidente, possuem regras sociais e limites que os regem.

O dissenso é o motor da democracia. Necessita-se de liberdade para que haja o dissenso e, ao mesmo tempo, o dissenso, inclusive o mais virulento, alimenta a liberdade do povo. O consenso, aliás, pode ser instrumentalizado como uma manobra política para neutralizar as pessoas, para pacificá-las em torno de um tema de interesse de uma dada classe. Por conseguinte, a existência da polêmica é necessária à pluralidade de pensamentos e ao jogo de oposições comuns ao contexto não hegemônico e autoritário (Mueffe, 2000 *apud* Amossy, 2017).

Ainda segundo Amossy (2017), a polêmica não pode ser confundida com a violência. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a violência impossibilita a argumentação, pois, se não damos ao outro o direito à fala, não estamos mais no nível

da argumentatividade. Enquanto a violência está ligada à coerção e ao autoritarismo, a condição para a existência da polêmica é a possibilidade de que proponente e oponente possam defender teses antagônicas. Isso não impede, contudo, que traços verbais de violência estejam presentes em discursos ou interações nas quais o dissenso impera.

Além disso, distingue-se um desacordo em relação a um tema privado, cujos contornos se delimitam por sujeitos individuais, daquele que ocorre em torno de um assunto de interesse coletivo. Nesse sentido, “[...] é preciso que a polêmica aborde um tema de interesse público para que ela não seja uma simples discussão [...] entre particulares” (Amossy, 2017, p. 46). Diferencia-se, portanto, de uma polêmica estritamente teológica (restrita ao domínio de saber dos teólogos), filosófica (em que apenas os filósofos se sentem autorizados a se posicionarem), científica, ou seja, de qualquer temática que não circule socialmente de forma ampla, gerando conflitos.

Na verdade, a polêmica apresenta algumas características próprias, quais sejam: a *dicotomização*, a *polarização* e a *desqualificação do outro*. Acrescentam-se a esses traços, apenas secundariamente, a *violência verbal* e o *pathos* (Amossy, 2017).

A dicotomização é um dos traços que distinguem a polêmica do debate. Enquanto neste os indivíduos buscam, consensualmente, a resolução para uma questão determinada, naquela, instaura-se “[...] *um choque de opiniões antagônicas*, marcando o caráter constitutivo que desempenha nela o conflito” (Amossy, 2017, p. 53, grifo da autora). Chocam-se, então, forças contrárias que tentam suprimir umas as outras.

Outro traço da polêmica, como dissemos, é a polarização. Ao visualizarmos uma polêmica sendo atualizada em um conflito verbal, tendemos a enxergar apenas os atores individuais envolvidos na situação mais imediata: um cientista e um negacionista discutindo sobre a eficácia de vacinas; um padre e uma ativista dos direitos das mulheres discutindo sobre o aborto. Se a polêmica se limitasse à ação desses indivíduos, e caso, mesmo que hipoteticamente, eles chegassem a um acordo, isso significaria o fim da questão que estava gerando o conflito.

Entretanto, Amossy (2017) pensa a permanência da polêmica em termos de uma estrutura actancial que não se restringe a indivíduos particulares, mas abrange papéis: o de defensor de uma posição proposta (um proponente), o de opositor a essa posição (um oponente) e o de ouvintes/espectadores da confrontação (o terceiro). Trata-se,

portanto, da oposição de um “nós” contra um “eles”. A forma pluralizada “nós” indica que o proponente não está sozinho na defesa de determinada tese e, conseqüentemente, mesmo que a posição do padre seja suprimida pela tese da ativista, por exemplo, a polêmica do aborto subsistirá.

Acrescenta-se que o objetivo do proponente não é convencer o oponente sobre a validade de uma dada tese, pois sabe da irredutibilidade desse. Quer, na verdade, influenciar terceiros, os que não compõem o grupo do adversário e não sabem que posição assumir. Logo, embora tais papéis sejam estabelecidos, não se trata de posições intransponíveis, pois aqueles que ocupam o papel de terceiros, por exemplo, podem se tornar, por razões diversas, os oponentes ou os proponentes, pois as opiniões das pessoas sobre questões polêmicas não são estanques.

Ademais, a desqualificação do adversário também emerge como um traço da polêmica. Esse movimento de apresentar o outro negativamente pode se manifestar de diferentes formas: (1) atacando as razões do adversário, reorientando o que esse disse, usando figuras de linguagem (como a ironia), negando suas afirmações etc.; (2) atacando a pessoa do oponente com um argumento *ad hominem*, de modo a tentar desqualificar a sua capacidade cognitiva, a sua moral. É muito comum a tentativa de associar o adversário à concepção de Mal absoluto (Amossy, 2017).

A violência verbal e o *pathos* também são traços típicos da polêmica, embora sejam considerados aspectos secundários. A presença dessas características não implica a ausência de regras, de limites e até de crenças compartilhadas pelos interactantes. De acordo com Amossy (2017), há, normalmente, um acordo sobre a necessidade ou a importância de se debater determinado tema, sobre o estatuto das diferenças que separam esses sujeitos, além de valores comuns (defesa da laicidade, da liberdade de expressão, respeito à vida), ainda que aplicados de maneiras distintas.

Como já foi sugerido, o apelo às marcas de emoção não determina a polêmica, embora não existam discussões racionais totalmente isentas de paixão (Amossy, 2017). Os proponentes podem, inclusive, motivados por algum sentimento, apelarem para a razão dos adversários. Aliás, os próprios pressupostos usados pelos sujeitos da interação podem ser caracterizados pela paixão, mesmo que não expressos. Por isso, embora não inscrito explicitamente no texto, pode-se inferir o sentimento, visto que compõe o interdiscurso, ou subjaz à superfície linguística do texto.

A violência verbal, por sua vez, não é um traço necessário à polêmica, porém, assim como o *pathos*, inflama e radicaliza as interações conflituosas. Enquanto a violência está no nível do tom, a polêmica é uma modalidade argumentativa (Amossy, 2017). A estudiosa cita diferentes modos por meio dos quais a violência verbal pode se manifestar: (1) os insultos; (2) expressão de sentimentos violentos mediante marcas linguísticas; (3) o desprezo ou a ridicularização do ponto de vista do oponente; (4) a assimilação do ponto de vista do oponente ao Mal absoluto; (5) a coerção verbal que tenciona impedir que o outro fale (por meio de interrupções constantes, por exemplo); (6) o ataque à pessoa do oponente; (7) a incitação da violência contra os adversários.

Esses tipos de manifestação não compõem uma lista exaustiva. E, sobre o último tipo, expomos as palavras da autora:

[...] a polêmica não tem por vocação realizar o que ela exalta. Ela permanece nos limites da comunicação verbal [...]. Mesmo quando ela clama a agir, ela se mantém no contexto de uma conversa cujo horizonte é a deliberação – a tentativa de chegar a decisões e a ações através do confronto verbal (Amossy, 2017, p. 191).

Portanto, pontuamos que a violência a que nos referimos é discursivamente construída. Se, por um lado, ela pode separar mais radicalmente o proponente dos adversários, por outro, pode intensificar a união daqueles que compartilham os mesmos valores em razão do ódio a um inimigo comum. Identificar se há traços de violência verbal e colocar em evidência o seu funcionamento é um dos procedimentos de análise adotados neste artigo e demonstrados a seguir, na seção 5. Antes disso, retomamos a noção de ponto de vista.

4 O ponto de vista: conceituação e dispositivos enunciativos

Acompanhamos a definição de Rabatel acerca do ponto de vista, conforme transcrição *ad litteram*:

[...] defino como ponto de vista (PDV), em linguística, todo enunciado que predica informações sobre não importa que objeto do discurso, dando não apenas informações sobre o objeto (relativos à sua denotação), *mas também, sobre a forma como o enunciador observa o objeto, expressando, assim, um PDV*. O objeto do PDV pode ser um indivíduo, um coletivo, um anônimo, e pode exprimir PDV singulares ou coletivos, originais ou estereotipados (Rabatel, 2017, p. 43).

Nessa direção, consideramos que se mostra fundamental para apreendermos a posição enunciativa da instância do discurso, o pastor André Valadão, no sermão que reacendeu uma questão polêmica.

Assumindo neste trabalho que o ponto de vista, em maior ou menor grau, influencia a forma como o outro sente e vê o mundo, destacamos que essa noção teórica pode ser articulada à polêmica pública como modalidade argumentativa (Amossy, 2008, 2017) do tipo modalidade polêmica, porque permite vislumbrar as vozes conflitantes colocadas em jogo na interação e os mecanismos textuais-discursivos que sinalizam a relação de embate entre o locutor/enunciador primeiro e outros enunciadores.

De acordo com Rabatel (2017), conforme citamos acima, na área da linguística, o ponto de vista (PDV) pode ser descrito como qualquer enunciado que comunica informações sobre um tema específico, revelando não apenas detalhes objetivos sobre o tema, mas evidenciando, também, a perspectiva do enunciador sobre esse objeto, sua maneira de vê-lo. O objeto do PDV pode ser variado (um indivíduo, um coletivo, um anônimo) e pode transmitir visões singulares ou comuns, sendo essas originais ou baseadas em estereótipos. Essa visão do teórico coloca em destaque não apenas a informação concreta sobre o objeto do discurso, mas também a interpretação subjetiva do enunciador. Remetemos a Rodrigues (2021).

Em termos metodológicos, conforme Rabatel (2016a), analisar um ponto de vista significa ir além da compreensão do que é expresso, pois envolve a reconstrução do conteúdo proposicional, juntamente com a identificação de sua origem enunciativa. Isso implica não apenas entender o que é dito, mas também apreender a fonte do PDV, mesmo que essa fonte seja sugerida ou implícita. Essa apreensão é alcançada ao examinar como os elementos linguísticos (os referentes e o agenciamento das frases, por exemplo) são utilizados e organizados no texto.

Importante ainda é compreender as instâncias na origem de um PDV. Nas palavras de Rabatel (2016a, p. 82), “o locutor é a instância que profere um enunciado (nas dimensões fonéticas e fáticas ou escriturais, conforme um posicionamento dêitico ou um posicionamento independente de *ego, hic et nunc*.”. Já o enunciador é a fonte e o validador do conteúdo proposicional do PDV, é aquele que assume por conta própria a responsabilidade enunciativa.

Ainda segundo Rabatel (2016a, 2016b), o locutor e o enunciador podem estar em sincretismo, significando que essas instâncias se associam no texto. Desse modo,

a instância que profere o enunciado – locutor – também incorpora a perspectiva e a postura do enunciador de maneira tão simbiótica que é difícil separá-los. O sincretismo refere-se, portanto, à possibilidade de que, em alguns contextos textuais, o papel do locutor (quem expressa diretamente a fala) e o do enunciador (a posição enunciativa, centro de perspectiva) estejam imbricados. Para sinalizar esse sincretismo, pode-se grafar os dois termos de maneira justaposta, com o uso da barra inclinada – locutor/enunciador primeiro (L1/E1).

Tendo em vista que a abordagem enunciativo-interacional do ponto de vista se situa no enquadre teórico do dialogismo bakhtiniano (2003), Rabatel (2016a) também dá destaque ao papel que os enunciadores segundos desempenham no texto por intermédio da imputação do PDV realizada por L1/E1. Assim, o locutor/enunciador segundo (l2/e2) passa a ser a fonte e o validador do PDV que lhe foi imputado; é aquele que fala e, ao mesmo tempo, é o responsável pelo conteúdo proposicional do PDV. Há, ainda, a possibilidade de essa instância do discurso ser apenas enunciador (e2), ou seja, pode ser envolvido na responsabilidade enunciativa (RE), por intermédio da imputação do PDV, mas sem ter falado.

Nessa perspectiva teórica, a imputação recobre “os conteúdos que L1/E1 atribui a um segundo enunciador (e2)” (Rabatel, 2016a, p. 88). Trata-se de uma “Quase-RE”, ou seja, uma certa forma de RE por imputação. O autor descreve a imputação como uma responsabilidade limitada, na qual L1/E1 atribui a outro locutor/enunciador a autoria de um ponto de vista, possibilitando que esse enunciador segundo negue essa responsabilidade, se lhe foi injustamente atribuída. O agenciamento das vozes no texto revelará se L1/E1 concorda, discorda ou mantém uma postura distante, possivelmente neutra, em relação ao PDV atribuído a *outrem*.

Visando refinar a reflexão teórica acerca dessas diferentes posições enunciativas que o L1/E1 pode manifestar a respeito de um PDV imputado, Rabatel (2016b) propõe as seguintes posturas enunciativas:

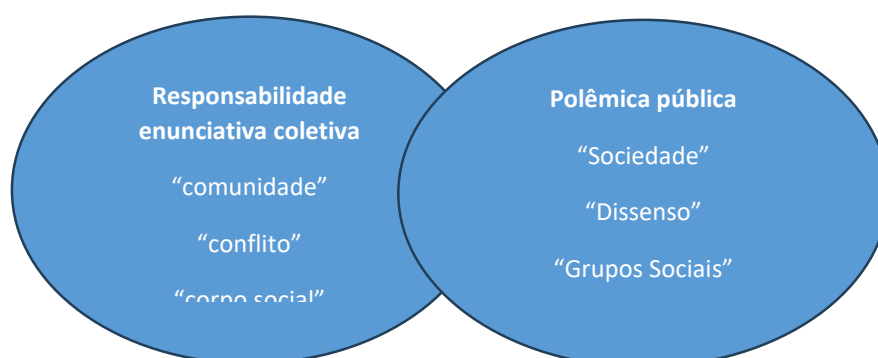
1. Coenunciação (concordância concordante) – “coconstrução pelos locutores de um PDV comum e partilhado, que os engaja enquanto enunciadores”;
2. Super-enunciação (concordância discordante) – “coconstrução desigual de um PDV dominante se inscreve em uma forma aparente de acordo, deportando a significação nova”;
3. Sub-enunciação (discordância concordante) – “coconstrução desigual de um PDV dominado volta a dizer que o PDV efetivamente coconstruído não é partilhado pelos dois enunciadores, e que eles fazem entender essa discordância, à sua vontade ou sem seu conhecimento” (Rabatel, 2016b, p. 203).

Assim pensadas, as posturas enunciativas auxiliam o analista a compreender a dinâmica das interações verbais, que são, conforme Rabatel (2016b, p. 202), “processuais e instáveis”, de modo que, observando-as no discurso, é difícil categorizá-las claramente como consenso ou discordância, embora algumas interações sejam francamente prototípicas. O autor destaca que prevalece, na maioria dos casos, “uma grande labilidade interacional”, o que significa dizer que as interações não são fixas ou estáveis em relação ao consenso ou à discordância; ao contrário, mostram uma tendência à instabilidade marcante, “em que consenso e dissenso tomam formas pouco animadoras” (Rabatel, 2016b, p. 202).

Reiteramos, ao final desta seção teórica, que a polêmica como modalidade argumentativa do tipo modalidade polêmica pode ser estudada em articulação com a noção de ponto de vista, se pensarmos, com Rabatel (2016b, p. 204), que “a discordância discordante decorre da expressão manifesta e explícita de dois PDV antinômicos”. No *corpus* examinado neste trabalho, vimos que a polêmica acerca do “casamento homossexual homoafetivo” emerge à medida que o proponente constrói seus pontos de vista de maneira inconciliável ao PDV dos seus oponentes.

Nessa direção, Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2016, p. 110), ao tratarem de uma polêmica pública, mostraram a interseção entre Polêmica pública e Responsabilidade enunciativa coletiva. Para tanto, focalizaram um conflito público no âmbito do corpo social, analisando a carta-testamento de Getúlio Vargas.

Esquema 1: Interseção entre Responsabilidade enunciativa coletiva e Polêmica pública



Fonte: Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2016, p. 110).

5 Análise do sermão proferido pelo pastor André Valadão

Ao proceder com qualquer análise da argumentação no discurso, é preciso destacar o quadro discursivo no qual os textos se inserem (Amossy, 2018). O êxito

comunicativo depende, dentre outros aspectos, dos lugares institucionais ocupados pelos sujeitos, do gênero escolhido e de sua adequação à esfera e da ocupação adequada dos papéis que o gênero mobiliza.

O gênero sermão vincula-se à esfera religiosa. Trata-se de uma “esfera de atividade social dotada de sua lógica própria” (Amossy, 2018, p. 244). O sermão possui características singulares e outras comuns a gêneros outros da mesma esfera: aquele que o produz precisa ser validado pelo grupo de fiéis do qual faz parte, estar em uma condição hierárquica mais privilegiada, exercer um poder de influência maior, falar a partir do lugar de um representante de Deus (como aquele que será usado, por meio de quem o Senhor comunica algo) e, graças a tudo isso, obter mais prestígio.

No caso específico do nosso *corpus*, o líder religioso que proferiu o sermão é cercado, ainda, por alguns aspectos que o distinguem de um pastor comum. A Lagoinha Global, que é uma convenção da Igreja Batista da Lagoinha, presidida pelo pastor André Valadão, comanda as centenas de filiais da denominação espalhadas pelo Brasil e pelo mundo. Conseqüentemente, as falas do referido líder têm impacto sobre a vida de dezenas de milhares de fiéis. E, já que é um pastor midiático – conta com mais de 5 milhões e 700 mil seguidores apenas no *Instagram* –, o poder de influência dessa liderança religiosa transcende em muito o número de pessoas filiadas à igreja que lidera.

Em um culto, o sermão não é o único responsável por formar a mentalidade e persuadir os espíritos. Os hinos que são cantados, as orações, os sacramentos (o batismo e a ceia), as apresentações artísticas – presentes em denominações mais modernas –, as práticas de entrega de dízimos e ofertas, a própria ordem e o tempo dados a cada um desses elementos são significativos e orientam, na liturgia praticada no templo, assim como, por extensão, na vida, os modos de ver e de sentir de sujeitos que compõem um mesmo campo de posicionamento. Contudo, geralmente, o momento de pregação ganha destaque, pois é quando o pastor, considerado por alguns religiosos como o instrumento de Deus, comunica-se de forma mais direta com o povo.

Além das particularidades do contexto de produção, é mister destacarmos o meio de circulação do referido gênero. Embora o espaço e o tempo físicos de produção do sermão sejam facilmente localizáveis (Igreja Batista da Lagoinha em Orlando, no dia 7 de julho de 2023), bem como o auditório mais imediato (o público de fiéis e visitantes que estava presente no templo), o fato de a fala ter sido transmitida ao vivo e de

permanecer no *YouTube* após o encerramento do culto dão contornos espaciais e temporais à circulação do(s) enunciado(s) difíceis de precisar.

Logo, se o auditório físico presente no ambiente de culto deveria ser relativamente homogêneo em termos de crenças e de pressupostos compartilhados, o auditório virtual é heterogêneo e engloba pessoas com diferentes cosmovisões e comportamentos, no que se incluem indivíduos racistas, homofóbicos e capazes de praticar atos de violência. Conforme Sousa, Bessa e Bernardino (2020, p. 11), “[...] no caso do *YouTube* em particular, quanto mais visualizações e *likes* um vídeo tiver, mais divulgado ele será dentro da própria plataforma. Sendo assim, a velocidade com que as informações se movem nessa esfera [digital] é impressionante [...]”. Para mais, mesmo que a plataforma imponha restrições⁴, as medidas parecem insuficientes para conter as manifestações de ódio dos usuários.

No caso específico do *corpus* deste artigo, muitos elementos poderiam ser alvo de análises. O próprio título do sermão (*Teoria da conspiração*), juntamente com autoafirmação constante de que se é conspiracionista, além da tentativa de identificar o público evangélico com esse termo, parece ser uma resposta a enunciados presentes no interdiscurso, os quais caracterizam os crentes como associados a teorias da conspiração sobre muitos temas: vacinas, formato da terra, comunismo. A aceitação e ressignificação desse rótulo funciona como estratégia retórica que visa esvaziar o sentido pejorativo do termo e conferir-lhe um valor positivo. Assumir-se como conspiracionista, no contexto da fala do pastor, é o ato de coragem de se posicionar contra um sistema e um governo mundano, pervertido e que quer censurar os cristãos. Nota-se a teologia sendo usada como um instrumento a serviço de posicionamentos político-ideológicos.

A seguir, expomos um excerto com um dos trechos mais agressivos do sermão, em que emerge a polêmica sobre a relação de Deus com as pessoas homossexuais.

a porta que se abriu para o casamento homossexual homoafetivo não é um mero casamento...
a. “ai mas eles se amam Jorjão com Jorjão... Terezinha com Terezinha”...
b. “ah não o que vale é toda toda forma de amor... deixa casar... deixa deixa deixa viver”...
aí hoje você vê nas paradas homens e mulheres NUAS com seus órgãos genitais completamente expostos dançando na frente de crianças... AÍ VOCÊ HORRORIZA...
c. “AH::: que absurdo”
mas essa porta foi aberta quando... NÓS tratamos como normal aquilo que a bíblia já condena... ((há a reação dos fiéis com expressões curtas de aprovação))
então AGO:::RA é hora de tomar as cordas de volta, dizendo:

⁴ Para informações sobre as políticas de restrição do *YouTube*, acessar o link: <https://www.youtube.com/intl/pt-BR/about/policies/#community-guidelines>. Acesso em: 15 jun. 2024.

d. “nã/ nã/ nã/ não... ((o pastor faz sons com a boca para imitar o barulho de cordas)) pode parar... reseta... ((o pastor faz um barulho que lembra uma pequena explosão e, ao mesmo tempo, faz o sinal de que apertou em algum botão))”

aí Deus fala

e. “não posso mais... Já meti esse arco-íris aí:... se eu pudesse eu matava tudo e começava tudo de novo... ((o tom de voz do pastor é mais baixo neste momento e sua fala é acelerada))... mas já prometi para mim mesmo que eu não posso... então agora tá com vocês”...

Você não pegou o que eu disse... Eu disse TÁ COM VOCÊ... ((alguns fiéis começam a expressar sinais sonoros de aprovação, como palmas)) vou falar de novo TÁ COM VOCÊ... Sacode uns quatro do teu lado e fala

f. “vamos pra cima... eu e a minha casa serviremos ao Senhor”... ((conforme o pastor insiste, as manifestações de apoio e as palmas se intensificam))

e aí por causa de uma porta que parecia boniti:::nha... um casal LGBTQA+ casando... aí agora você tem drag queens DENTRO DA SALA DE A:::ULA ensinando sexualidade pros nossos filhos...

(Valadão, 2023).

Os traços da polêmica pública podem ser localizados no texto, ao examinarmos seu modo de realização linguística. Vê-se que o objeto do discurso é de interesse público, pois já há no espaço social democrático teses conflitantes sobre “o casamento homossexual homoafetivo”. Nesse sentido, o sermão reacende a questão polêmica, uma vez que o pastor retoma e contrapõe pontos de vista que se chocam com a suposta vontade de Deus. Linguisticamente, essa retomada se dá por intermédio do discurso direto livre, em que vozes sociais são focalizadas e integradas sintaticamente ao dizer do proponente. As aspas em “ai mas eles se amam Jorjão com Jorjão... Terezinha com Terezinha” e “a não o que vale é toda toda forma de amor... deixa casar... deixa deixa deixa viver” sinalizam a porção do texto cujo PDV, oposto ao de L1/E1, é atribuído a I2/e2.

A dicotomização traduz-se em: a homoafetividade é uma manifestação legítima de amor *versus* a homoafetividade é abominada por Deus. As circunstâncias histórico-sociais nas quais essa polêmica se insere são complexas. A tradição religiosa cristã, desde a sua origem, trata a homossexualidade como um pecado e, atualmente, como um meio de se proteger, apropria-se dos aparatos legais que versam sobre a liberdade de expressão e a liberdade religiosa. Diversamente, as pessoas mais progressistas, que acreditam na validade das diferentes manifestações afetivas, afirmam que tal posicionamento é atrasado e, a depender do modo como se expressa, criminoso⁵.

O proponente, em razão da forma como entende a percepção de Deus sobre os homossexuais, posiciona-se contra o casamento homoafetivo. Trata-o como uma espécie de porta que foi aberta para a entrada de outros tipos de males: “aí hoje você vê nas paradas homens e mulheres NUAS com seus órgãos genitais completamente

⁵ Não objetivamos discutir as questões legais envolvidas no tema. Sugerimos, para tanto, a leitura da obra de Tenório (2023).

expostos dançando na frente de crianças... AÍ VOCÊ HORRORIZA...". Nesse excerto, o PDV de um locutor/enunciador segundo "VOCÊ" (correspondente ao público evangélico) é retomado por meio do discurso direto e representado como aderente ao ponto de vista de que a homoafetividade é abominável, "um absurdo". Trata-se de uma imputação de PDV com a manifestação de acordo, configurando uma coenunciação, nos termos como propõe Rabatel (2016a).

A ênfase do proponente em expressões de conotação sexual ("NUAS") é utilizada para sensibilizar o auditório imediato – composto, em sua maioria, por conservadores – e fazê-lo ver a "gravidade" do que se está dizendo. Essa ênfase, além de tentar promover o horror nos fiéis (sentimento esse que lhes é imputado), serve para maquiar a falta de sentido lógico-causal entre a aprovação do casamento civil homoafetivo e as manifestações de cunho mais sexual nas paradas LGBTQIA+.

Na expressão "mas essa porta foi aberta quando... NÓS tratamos como normal aquilo que a bíblia já condena...", observamos, de forma mais nítida, o traço da polarização. O proponente coloca em jogo o "nós" contra "eles". O "NÓS" enfático serve para provocar a reflexão e fazer com que os fiéis pensem se, muitas vezes, dão armas aos oponentes, aos adversários, ao normalizarem ou agirem passivamente diante das práticas homossexuais e das conquistas do público LGBTQIA+.

Em seguida, os fiéis são conclamados a deixarem a passividade e a agirem: "então AGORA é hora de tomar as cordas de volta". Tomar as cordas de volta parece implicar assumir o poder de controlar os acontecimentos, de regular as formas de ser, de alunar o diferente. O advérbio de valor temporal "agora" aponta para a urgência de se posicionar e de assumir uma condição de mais força.

Tal poderio seria possível em uma teocracia ditatorial, em que o Estado daria lugar à igreja ou lhe seria servo. Porém, quando retomamos discursos anteriores de cristãos sobre esse tema, notamos que não há unanimidade sobre o papel das instituições religiosas relativamente a um possível controle político-social. Lewis (2018, p. 53), por exemplo, já afirmou: "A teocracia, eu admito e até insisto, é a pior corrupção de todas".

Embora não possamos afirmar que há uma intenção revolucionária, é possível identificarmos um tom de conclamação evidente, inclusive, na escolha verbal "tomar", expressão que denota a apropriação de algo pelo uso da força.

No trecho "aí Deus fala e. 'não posso mais... Já meti esse arco-íris aí:... se eu pudesse eu matava tudo e começava tudo de novo...'", é imputado a Deus, por

intermédio do discurso direto, um ponto de vista que é, antes de tudo, pessoal. A vontade de Deus corresponde à vontade do homem religioso. A lógica bíblica, portanto, inverte-se: não visualizamos um homem que é imagem e semelhança de Deus, mas um deus criado à semelhança do homem. Trata-se, portanto, de um “deus” que não é o todo-poderoso, mas limitado (“não posso mais”, “se eu pudesse”). Por já ter se comprometido, se vê na necessidade de transferir responsabilidades aos homens (“já prometi para mim mesmo que eu não posso... então agora tá com vocês”). Nessa representação da “fala” de Deus, ocorre mais uma vez a postura de coenunciação, em que essa instância enunciativa é argumentativamente situada do lado do proponente e de um terceiro (os fiéis), compondo, assim, o “NÓS”.

O trecho bíblico ao qual se faz menção é orientado em favor dos interesses do proponente. Reporta-se à narrativa bíblica presente no livro de Gênesis, que diz: “O Senhor viu que a maldade das pessoas havia se multiplicado na terra e que todo desígnio do coração delas era continuamente mau” (Gênesis 6, 5); “Então Deus disse a Noé: – Resolvi acabar com todos os seres humanos, porque a terra está cheia de violência por causa deles. Eis que os destruirei juntamente com a terra” (Gênesis 6, 13); “Estabeleço a minha aliança com vocês: nunca mais os seres vivos serão destruídos pelas águas de um dilúvio; nunca mais haverá dilúvio para destruir a terra. Deus disse: – Este é o sinal da minha aliança que faço entre mim e vocês e entre todos os seres vivos que estão com vocês, para todas as futuras gerações: porei o meu arco nas nuvens e ele será por sinal da aliança entre mim e a terra. Quando eu trouxer nuvens sobre a terra, e nelas aparecer o arco, então me lembrarei da minha aliança, firmada entre mim e vocês e todos os seres vivos de todas as espécies; e as águas não mais se tornarão em dilúvio para destruir todos os seres vivos” (Gênesis 9,11-15).

Como podemos ver, os textos afirmam que as razões para a destruição das pessoas foram a violência e a maldade do coração. Em nenhum momento, práticas homossexuais são citadas. Sendo assim, mesmo que, a partir de outros textos bíblicos (1 Coríntios 6, 10; Romanos 1), possa se chegar à conclusão de que a homossexualidade é pecado, a narrativa sobre o dilúvio não fornece base para esse ponto de vista. Logo, ainda que, numa ótica cristã tradicional, a homoafetividade seja considerada uma ruptura com os princípios de determinada religião, o proponente parece supervalorizá-la, tratando-a como grave, o que justificaria uma repressão também diferenciada.

Há uma clara manifestação da violência verbal, evidente, por exemplo, pelo sentimento de raiva que se expressa por intermédio das formas verbais “reseta” e “matava”. Além dessas formas verbais, a violência verbal também se manifesta pela assimilação do ponto de vista do oponente ao Mal absoluto, o que se pode apreender pelos lexemas avaliativos “horrorizado” e “absurdo”. O proponente sugere que Deus não mata todos porque não pode mentir e romper com a promessa de não mais destruir a terra com água, mas os cristãos podem cumprir essa missão. O fato de baixar o tom de voz ao dizer “se eu pudesse eu matava tudo e começava tudo de novo...” sugere uma possível compreensão da gravidade do que se está dizendo. Ainda assim, afirma-se: “então agora tá com vocês... Você não pegou o que eu disse... Eu disse TÁ COM VOCÊ... ((alguns fiéis começam a expressar sinais sonoros de aprovação, como palmas)) vou falar de novo TÁ COM VOCÊ...”.

A violência verbal, que já era acentuadamente marcada pela desqualificação do outro, ganha proporções diferentes: o proponente parece sugerir que os fiéis devem, em nome de Deus, destruir as pessoas, especialmente as pessoas homossexuais. Servir o Senhor, considerando o que é dito no sermão como um todo e no excerto em análise, implica: ir à contramão do sistema mundano, não se dobrar às tentativas de censura impostas pela mídia e pelos governos e usar de violência verbal e física contra a impiedade, com destaque para a repressão genocida da homoafetividade.

Não foi a nossa intenção estudar se o pastor realmente acredita na violência como um meio legítimo de dominação, pois isso exigiria a análise de um *corpus* mais amplo e objetivos distintos dos delimitados neste estudo. Porém, observa-se que os pontos de vista expostos no trecho em análise são agressivos e só não ultrapassam os limites de uma polêmica pública porque a democracia e as leis cerceiam, mesmo com suas limitações, as tentativas de imposições ideológicas e de ataques físicos àqueles que pensam diferente.

6 Conclusões

A opção pela análise da polêmica em um sermão mostrou-se importante para evidenciarmos a complexidade de certos posicionamentos que, apoiados no prestígio advindo da esfera religiosa, ameaçam romper os limites da liberdade de expressão da fé e atacam a democracia. A fala do proponente, quando contextualizada – levando em consideração quem fala, para quem, o tempo e o espaço em que foi dita e as

condições históricas de produção –, revelou se apropriar de uma retórica do dissenso e da violência verbal com a função de convocar à ação e, como consequência, à imposição de valores não universais a um grupo tão heterogêneo quanto o dos evangélicos.

A polarização do “nós” contra “eles” foi radicalizada ao extremo: “eles” compõem o grupo que precisa ser suplantado, e cabe a “nós” essa missão. Há marcas linguísticas (verbos, advérbios, tipos de representação da fala, lexemas avaliativos) que sugerem uma revolução que, em última instância, coloca um Deus forjado à imagem do proponente no centro do poder, subjugando a sociedade ímpia, especialmente os homossexuais. Se Jesus se submeteu às autoridades romanas e disse para seu discípulo baixar as armas (Bíblia, Mateus, 26, 52), o proponente fez o contrário.

Percebemos, portanto, as tensões da esfera religiosa e a necessidade de mais trabalhos que aprofundem a análise dos discursos produzidos no âmbito do sagrado. Com a proliferação das mídias sociais e das plataformas digitais, torna-se ainda mais urgente colocar em evidência o funcionamento de discursos polêmicos que recorrem à violência e que, dadas as circunstâncias de produção, têm um alcance difícil de precisar, mas cujas manifestações verbais e comportamentais, se não forem tratadas com seriedade, podem se tornar cada vez mais tangíveis em uma sociedade que precisa lutar diariamente contra o racismo e contra outras formas de preconceito.

“IF I COULD, I WOULD KILL THEM ALL AND START ANEW”: POINT OF VIEW AND PUBLIC CONTROVERSY ABOUT HOMO AFFECTIVITY IN A RELIGIOUS SERMON

Abstract: This work analyses the point of view and the public controversy about God’s relationship with homosexuals in the sermon given by minister André Valadão, delivered at the Lagoinha Baptist Church, in the United States of America. The preaching had repercussions after the religious leader was accused of homophobia and was the target of a complaint at the Public Ministry of Minas Gerais State. Considering the premises from the Analysis of Argumentation in Discourse by Amossy (2008, 2017, 2018) and the interactional-enunciative approach from Rabatel’s point of view (2016a, 2016b, 2017), this study seeks to investigate which traits of the controversy emerge in the aforementioned sermon and how the construction of point of views articulates itself to the controversial argumentation. For the methodology, our research adopts a qualitative approach and a documentary type. In the sermon, different linguistic marks are observed (verbs, adverbs, types of speech representation, evaluative lexemes) that signalize a revolution which, ultimately, places

a “god” forged in the image of the proponent at the center of power, subjugating the impious society. The results show the construction of a rhetoric of dissent and verbal violence, which highlighted the function of, in the name of God, to call to action (supplanting a specific social group, the homosexuals) and the attempt to impose non-universal values to the evangelical groups and those who do not adhere to this religion. The analysis exhibits the tensions in the religious sphere and contrasts the need for other works that deepen the examination of discourses produced inside the sacred scope.

Keywords: point of view; public controversy; homoaffectivity; verbal violence.

Referências

AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017

AMOSSY, R. *Argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.

AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. *In*: LARA, C. M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (Orgs.). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.

BÍBLIA. Nova Almeida Atualizada. [S. l.]: Sociedade Bíblia do Brasil, 2018.

CHARAUDEAU, P. *A manipulação da verdade: do triunfo da negação às sombras da pós-verdade*. Tradução de Dóris de Arruda C. da Cunha e André Luís de Araújo. São Paulo: Contexto, 2022.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GRECO, R. *Curso de Direito Penal*. 14. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012.

LEWIS, C. S. *A última noite do mundo*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PRETI, D. *O discurso oral culto*. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

RABATEL, A. *Homo narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa*. Tradução de Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. São Paulo: Contexto, 2016a.

RABATEL, A. Os desafios das posturas enunciativas e de sua utilização em didática. Tradução de Weslin de Jesus Santos Castro. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 12, p. 191-233, jul./dez. 2016b. Disponível em:

<http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/1328/1089>. Acesso em: 02 set. 2023.

RABATEL, A. *Pour une lecture linguistique et critique des médias: empathie, éthique, point(s) de vue*. Limoges: Lambert-Lucas, 2017.

RODRIGUES, M. das G. S. Ponto de vista emocionado no gênero discursivo comentário on-line – violência verbal. *Linha d'Água*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 13-28, jan./abr., 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/180827/171457>. Acesso em: 08 dez. 2023.

RODRIGUES, M. das G. S.; PASSEGGI, L.; SILVA NETO, J. G. “Saio da vida para entrar na história” – pontos de vista, responsabilidade enunciativa coletiva e polêmica pública na Carta-Testamento de Getúlio Vargas. *Conexão Letras*, [S. l.], v. 11, n. 15, p. 99-113, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/65805/37912>. Acesso: 08 dez. 2023.

SALGADO, R. Pastor André Valadão diz em culto que, se pudesse, 'Deus mataria' a população LGBTQIA+ e fala para fiéis 'irem para cima'. *G1*, Belo Horizonte, 3 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/07/03/pastor-andre-valadao-diz-em-culto-que-se-pudesse-deus-mataria-a-populacao-lgbt-e-fala-para-fieis-irem-para-cima-da-comunidade.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUSA, F. D.; BESSA, M. A. P.; BERNARDINO, R. A. dos S. "O que Achamos do Filme 365 DNI": responsabilidade enunciativa e atos ilocucionários no gênero podcast. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 9, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/2730>. Acesso em: 3 jan. 2024.

TENÓRIO, R. J. M. *Liberdade religiosa e discurso de ódio*. São Paulo: Almedina, 2023.

VALADÃO, A. Teoria da conspiração – André Valadão. Orlando, EUA, 2 jul. 2023. 1 vídeo (42 min. 2 s). Publicado pelo canal Lagoinha USA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bNb49Jpc8Qo>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Recebido em 18/12/2023

Aceito em 13/05/2024

Publicado em 25/11/2024